

Empresários querem ação do estado na economia

CLAUDIA DE SOUZA

SÃO PAULO — O Brasil não poderá competir no mercado internacional, agora que a demanda nos países do Hemisfério Norte está se recuperando, sem uma articulação consistente entre o novo governo e o setor privado, com a instalação de um Ministério da Indústria e Comércio (MIC) que tenha tanto poder quanto o da Fazenda. Essa tese vem ganhando consistência entre os empresários de São Paulo e foi apresentada ao presidente eleito na terça-feira.

Para os empresários, ainda que o ministro dessa pasta não venha a ser o seu eterno candidato, o sena-

dor eleito José Serra, a idéia de um Ministério da Indústria e Comércio forte já foi comprada pelo novo governo. Ela vem se somar aos argumentos que Fernando Henrique Cardoso ouviu no fim-de-semana, no seminário internacional sobre o momento brasileiro, que comandou em Brasília. Vários economistas próximos ao presidente eleito, entre eles Roberto Frenkel, insistiram não só numa privatização mais cuidadosa, mas também na necessidade de fortalecer o estado na condução da economia.

“Ou construímos essa parceria ou perderemos espaço no cenário mundial”, diz o empresário Emer-

son Kapaz, da Elka Plásticos, presidente do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e da Abrinq, a associação dos fabricantes de brinquedos, e futuro secretário do governo Covas.

O exemplo a ser seguido é o do Japão, no passado, e de países como a Coreia, cujos governos interviram fortemente na definição das metas de produção e dos mercados a serem conquistados. “A equipe econômica não pode ter voz única; além de estabilizar a economia é preciso retomar o crescimento e gerar empregos com um setor produtivo forte”, argumenta.

O perfil do interlocutor que os

Arquivo — 18/3/92



Kapaz, presidente do PNBE
JORNAL DO BRASIL

industriais querem ver no governo é de alguém que respeite as necessidades de controle do crédito, mas que defenda um câmbio menos valorizado e avance com uma política comercial que retire impostos das exportações, desenvolva políticas de proteção mais palatáveis - como os mecanismos anti-dumping -, crie instrumentos de financiamento de médio e longo prazos, e cuide dos juros cobrados pelo comércio.

Em troca, os empresários afirmam que a retomada da economia, esperada por todos no ano que vem, será levada pelo setor privado brasileiro não de uma forma defensiva e tímida mas com investimen-

tos. “Bastaria um sinal do futuro governo para que os empresários rapidamente dessem a virada, porque há muita gente trabalhando precariamente”, diz o principal executivo do grupo Ultra, Paulo G. Aguiar Cunha.

Ele argumenta que setores como o de bens de consumo durável e têxteis ainda têm capacidade ociosa e que a necessidade de investimentos em infra-estrutura não preocupa. Ele prevê, também, o crescimento no ano que vem do setor de bens de capital leves, como máquinas operatrizes, ou produtos seriados.

8 DEZ 1994